

Simonsen defende uma proposta "realista e pragmática" de negociação

Uma proposta realista e pragmática. Assim, o ex-ministro da Fazenda e diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Mário Henrique Simonsen, encorajou o recuo do governo brasileiro em relação à proposta de uma ampla "securitização" da dívida externa contraída junto aos bancos privados por um esquema mais modesto, através dos "exit bonds" (bônus de saída) — papéis que permitem aos pequenos bancos abandonarem os créditos com o Brasil.

Simonsen já imagina, contudo, que a eficácia deste novo caminho trilhado pelo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, estará condicionado a uma garantia a ser dada pelo governo junto ao mercado de "exit bonds". Sem isso, raciocina, esta nova solução engenhosa, adotada pela Argentina, esbarra em novos obstáculos, certamente um pouco semelhantes àqueles enfrentados por Bresser Pereira, ao sugerir um desconto de 50% sobre a dívida contraída junto aos bancos credores, o que na prática equivaleria a uma "securitização" de US\$ 32 bilhões.

"É claro que ninguém vai querer trocar uma dívida incerta, de um certo valor, por uma dívida enorme em outro valor" — resumiu o ex-ministro ao comentar os "exit bonds". Embora cauteloso, ele calcula que uma forma importante de aval residiria no compromisso do governo brasileiro em colocar no primeiro plano de preferência estes títulos dos pequenos bancos credores no pagamento da dívida externa.

Um outro obstáculo a ser ultrapassado pelo governo, dentro desta nova estratégia de renegociação da dívida, concentra-se na maneira de formalizar esta garantia. "É que as leis mudam e estes títulos são de longo prazo" — pondera o ex-ministro.

O professor da FGV, que considera um erro os pequenos bancos terem participado dos financiamentos internacionais e, por isso, hoje são "um estorvo" na renegociação da dívida, aponta o que chamou de solução acadêmica para a garantia a ser dada pelo governo no mercado de "exit bonds". Neste caso, refere-se à criação de uma agência internacional, via Banco Mundial (BIRD) para assegurar o deságio.

Na opinião de Simonsen, ir ao FMI sem um programa de austeridade, sinalizando para um efetivo corte do déficit público, é repetir o episódio de 1983 ou acompanhar o que aconteceu na Argentina. "Só inte-

ressa fazer um acordo com o FMI para ser cumprido. E depois o Brasil precisa menos de documentos econômicos e mais de ação concreta" — receita, ao mencionar que, por enquanto, o governo se restringiu "às metas" de corte dos gastos públicos, que ainda não foram colocadas na prática.

O ex-ministro, que é membro do "board" do Citicorp, a "holding" do Citibank, o maior credor da dívida externa brasileira, adota o tom de cautela ao se referir sobre a necessidade (ou não) de o Brasil fazer um pagamento simbólico ou mesmo suspender a moratória sobre os juros de longo prazo da dívida (US\$ 4,3 bilhões). Tudo isso — insiste — faz parte da negociação. "É claro que se não houver corte das linhas de crédito, nem o Brasil ser reclassificado, não haverá problema" — sintetiza, ao comentar sobre a hipótese de continuidade da moratória.

De acordo com os seus cálculos, o "front" externo, hoje, está menos vulnerável do que no início dos anos 80, quando o País enfrentou, no final de 1982, uma séria crise cambial. E o escudo que assegura uma posição mais folgada para o governo situa-se no bom desempenho da balança comercial, garantindo uma média mensal de um superávit de US\$ 1 bilhão. "Alergias políticas à parte, a situação hoje é mais fácil do que em 1982" — ironiza.

Simonsen defende a circunscrição do Fundo somente ao acompanhamento das metas externas e das taxas cambiais dos países que tomam recursos a um custo barato junto à instituição.

Mário Henrique Simonsen detecta, porém, mudanças que já são colocadas em marcha pelo sistema financeiro internacional. Menciona como exemplo a concessão de dinheiro novo ao México, condicionado ao desempenho da economia, e o mecanismo de "exit bonds" posto em prática pela Argentina.

Sinais de mudança não são detectados pelo professor da FGV na disposição política de fato do governo em combater o déficit público, que, segundo ele, produz uma forte pressão inflacionária, pois aumenta a expansão da base monetária (emissão primária de moeda). Neste tema, ele considera acertada a posição do Banco Central em determinar o compulsório sobre os depósitos a vista e a prazo dos bancos, visando a enxugar a liquidez do sistema financeiro e, como efeito, diminuir a base, que, em julho, acusou uma expansão de 28,08%.